

## ENSINO DE MATEMÁTICA NO LICEU ALAGOANO: Sobrevoos na história da Instituição

Edlene Cavalcanti Santos<sup>1</sup>  
Juliane Bezerra<sup>2</sup>  
Mercedes Carvalho<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta um recorte da história do Liceu Alagoano que foi uma importante instituição de ensino do Estado e que também abrigou o Ensino Normal. A história desta Instituição se confunde com a própria história do ensino secundário em Alagoas. Apresentamos as influências das reformas do Ensino Secundário e suas repercussões nos programas de Matemática na formação dos professores, além de focalizar a história do Liceu Alagoano que representou, por várias décadas, modelo de instrução no Estado. Organizamos o artigo em dois momentos: no primeiro apresentamos os aspectos históricos acerca da origem, da organização e do processo de estruturação do Liceu e do ensino de Matemática no curso Secundário em Alagoas, entre 1930 a 1970, refletindo sobre o currículo, a formação do professor e os métodos de ensino nesta Instituição e no segundo momento destacamos a evolução do Ensino Secundário, com ênfase no curso Normal. Para tanto, utilizamos fontes documentais a respeito do estabelecimento e da organização deste ensino, que nos permite conhecer esta trajetória, a partir da leitura dos Regulamentos, Decretos, Leis, Programas de Ensino, e Manuais, tanto do Liceu quanto da Escola Normal disponíveis no Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Currículo. Formação. Matemática. Ensino Secundário. Liceu Alagoano.

### ABSTRACT

The present article it's an historical recount of the *Liceu Alagoano*, a key institution of secondary and normal teaching in the State of Alagoas. The history of this institution is oftenly confused with the history of secondary school teaching in the State. We aim to show the mainstream influences of the recent reforms in secondary school, focusing in the impacts concerning the mathematic curricula that used to be part of the teacher's training program with regard of the Liceu Alagoano history, which for many decades was the teaching model in the State. The structure of this article is divided in two sections. First, we identify historical issues such as the origin, organization and structure of the Liceu and Math teaching from 1930 to 1970 including the teacher training and teaching methods in that institution. Secondly, we highlight the evolution of secondary and normal school, through documentary sources of the Liceu, allowing us to find significant evidence of the trajectory emerging from regulations, laws, programs and manuals of the Liceu and Normal School, available in the digital repository of the Santa Catarina Federal University.

**Keywords:** curriculum, teaching training, secondary school, mathematics,

---

<sup>1</sup> Professora da UFAL - Universidade Federal de Alagoas - E-mail: [edleneufal@gmail.com](mailto:edleneufal@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda de Pedagogia pela UFAL – Universidade Federal de Alagoas – E-mail: [julyfnt2011@hotmail.com](mailto:julyfnt2011@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora da UFAL - Universidade Federal de Alagoas – E-mail: [mbettaacs@uol.com.br](mailto:mbettaacs@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte das reflexões realizadas nos estudos de doutoramento, onde apresentamos a origem, a organização e o processo de estruturação do ensino de Matemática no curso Secundário em Alagoas. Buscamos entender o percurso desta disciplina, em especial, a formação dos professores para este ensino, além de mostrar a relevância desta instituição de ensino, pois abrigou o primeiro curso Normal, destinado a formar os professores para o curso primário entre o período de 1930 a 1970.

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa da História da Educação Matemática do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) da UFAL Universidade Federal de Alagoas, e que compõe o Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT) – São Paulo. Depreendemos das recentes pesquisas sobre a História do Ensino da Matemática indicações que esses estudos podem favorecer a compreensão e proporcionar a superação de alguns problemas do ensino e da aprendizagem dos conteúdos matemáticos, possibilitando um olhar sobre como se dava a formação dos professores que ensinavam esta disciplina no século passado. Certamente, os conteúdos matemáticos ministrados pelos professores sofreram modificações ao longo do tempo e por isso entendemos que, ao nos debruçarmos na legislação de ensino, no currículo de Matemática, na formação dos professores com a intenção de compreender como foi forjado o ensino na escola secundária, nos possibilitará refletir sobre a permanência ou a exclusão de determinados conteúdos programáticos e, também, observar como esses conteúdos eram propostos.

Neste trabalho procuramos apresentar, também, as influências das reformas do Ensino Secundário e suas repercussões nos programas de Matemática, na formação dos professores, além de focalizar o Liceu de Alagoas que representou, por várias décadas, modelo de instrução alagoana.

Assim, para esclarecer tal afirmação, o artigo se organiza em dois momentos: no primeiro, apresentamos os aspectos da formação a luz de alguns teóricos estudados para refletirmos, historicamente, sobre a origem, a organização e o processo de estruturação do ensino de Matemática no curso Secundário em Alagoas, entre 1930 a 1970, no Liceu Alagoano. No segundo momento discutimos a evolução do Ensino Secundário, com ênfase no curso Normal.

Para tanto, tomamos como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental que para Neves (1996) é constituída pelo exame tanto de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, como os que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova e complementar. Para isto, utilizamos fontes os Regulamentos, os Decretos, as Leis, os Programas de Ensino e os Manuais disponíveis no Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim, buscamos descrever uma parte da história da educação em Alagoas, enfatizando o ensino da Matemática, que ainda não foi contada neste Estado.

## UM POUCO DE HISTÓRIA DE ALAGOAS

Alagoas do século XIX tinha uma economia assentada na monocultura da cana-de-açúcar e na escravidão, cenário que refletiu na educação alagoana e quando foi instalada a Assembléia Legislativa da Província em 1835, focalizaram esforços no ensino secundário, instituindo no currículo, desse segmento de ensino, aula de filosofia e francês desconsiderando as necessidades urgentes do curso primário. Para Correia (2011) a educação pública alagoana era desqualificada e estava a cargo de professores despreparados para o exercício do Magistério, ou seja, uma época em que não havia por parte das autoridades alagoanas preocupação com a organização do ensino público e nesse contexto Costa (1931) destaca a figura de Silva Titara que foi o primeiro diretor da Instrução Pública em Alagoas, lutou pela educação pública do Estado buscando novos rumos e combatendo a incapacidade do magistério e a burocratização do campo educacional sob o escudo da politicagem. A partir disto, em 1836 foi sancionada a Resolução n. 21, de 9 de março, pelo presidente Antonio Joaquim Moura regulariza o funcionamento das escolas de primeiras letras. Contudo essa providência não muda a situação do ensino primário que permaneceu no “desamparo governamental”, o que afetaria a boa formação dos professores do Ensino Secundário.

De acordo com Costa (1931) a referida Resolução, bem como sua regulamentação por Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 21 de outubro do mesmo ano não tratou dos métodos de ensino, apenas dos conteúdos a serem estudados em cada ano, informações sobre a matrícula, aconselhamento para os professores, designação das horas aulas e o tempo de férias. Para o autor era muito contraditório porque os professores não tinham

formação adequada ou nenhuma formação para o exercício da docência. Dessa forma o Ensino Secundário na escola alagoana se mostrava desordenado.

Nesse contexto nasce em 1849 o Liceu Provincial (Liceu Alagoano) funcionando em Maceió com o objetivo de preparar a elite masculina para o ensino superior. Poucos estudos têm sido feitos sobre esta instituição, apesar de sua importância tanto para a formação das elites dirigentes locais, como também pela responsabilidade que lhe cabia com relação aos demais níveis de ensino da Província. Dos estudos sobre este Liceu destacamos a obra de Abelardo Duarte, *História do Liceu Alagoano* (1961), que focaliza a trajetória da instituição desde sua criação até 1963. Outro estudo realizado sobre o Liceu é o trabalho de Craveiro Costa sobre a Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas, publicado, originalmente, pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas em 1931. Parte do texto foi reeditada na obra organizada por Élcio de Gusmão Verçosa, *Caminhos da Educação em Alagoas – da Colônia aos dias atuais* (2001). Resgatar a história do Liceu de Alagoas se fundamenta, como dissemos, na importância desta instituição como formadora de uma elite pensante que terá influência decisiva nos demais níveis de ensino, além daquele de natureza privada. Os professores do Liceu eram intelectuais que ocupavam cargos de prestígio, como Diretor Geral da Instrução Pública, e era responsabilidade deles também elaborar a legislação que organizaria o sistema de ensino na província. Tais professores, além de legisladores selecionavam os conteúdos escolares, por meio da adoção por eles de suas obras didáticas. Também elaboravam a seleção de professores para o ensino primário. Alguns deles também eram donos de colégios particulares como o professor Bernardo Pereira do Carmo Júnior proprietário do Colégio São Bernardo. Os mesmos professores do Liceu ensinavam na escola Normal e lá ordenavam o conteúdo de ensino e os critérios para seleção de alunos e professores.

Eram ministrados no Liceu os cursos: Curso Geral, Curso Preparatório, Curso Normal, Curso Comercial, Curso Complementar, Curso de Agrimensura, Curso de Ciências e Letras. O Curso Preparatório foi planejado com a finalidade de “habilitar à matrícula dos cursos superiores da República” com as seguintes disciplinas, distribuídas em cinco séries ou anos de sua duração: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Aritmética e Álgebra Elementar, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural, Geografia Geral e Corografia do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas, História Universal e Particular do Brasil.

Salientamos, ainda, que nos primeiros anos de funcionamento do Liceu, como em todo o Brasil, não havia a disciplina Matemática, mas sim, Saberes Matemáticos (aritmética, álgebra e geometria) e, assim, como Frizzarine et al (2014), também encontramos obstáculos para investigar a formação de professores de métodos de ensino e a história do ensino matemático no Liceu.

Nesta direção, devido aos poucos documentos preservados que temos acesso, também procuramos entender e escrever sobre o ensino da matemática no recorte histórico pretendido, por se tratar de uma pesquisa inédita. Para este texto assumimos o mesmo procedimento dos autores citados com intenção de colaborar na construção histórica da história deste ensino em Alagoas.

Assim, para Frizzarine et al.,

Ainda no âmbito da provisoriedade, considerou-se que “matérias” caracterizam saberes dispostos para serem ensinados nos primeiros anos escolares [...] que resultam em normativas para a transmissão de uma cultura escolar primeira que pode permitir acesso à níveis mais elevados do saber sistematizado [...] Ao que tudo indica, tanto quanto mais avançado for o nível de ensino, maior autonomia relativa possuem os conteúdos a serem ensinados face às pedagogias.

(Frizzarini et al., 2014, p. 192)

## **SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA DO LICEU ALAGOANO**

O primeiro diretor foi Dr. José Próspero Jeová da Silva Coroatá (Duarte, 1961, p. 101-104), atuou nesta estrutura, conforme foto abaixo.

**Figura 1 – Liceu Alagoano – Maceió. Praça D. Pedro II – Praça da Matriz –Maceió**



Fonte: [alagoasbytonicavalcante.blogspot.com/2011/04/maceio-antiga.html](http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com/2011/04/maceio-antiga.html)

O funcionamento do Liceu se deu “num prédio antigo” na praça da matriz, nessa primeira etapa; o Liceu chegou a registrar no ano de 1855, mais de 200 alunos, em 1859, 144 alunos. O grande motivo desse decréscimo no número de matriculados foi, porém, a epidemia do cólera-moubus que devastou a Província, abatendo parte da população. Naquele ano as aulas começaram no dia 10 de março (Duarte, 1961, p. 37). Os mestres oriundos do segmento da sociedade já possuíam curso superior. Os professores eram padres, magistrados, médicos, engenheiros formados no Rio de Janeiro, Minas, na Bahia ou em Portugal.

Em especial destacamos que a Escola Normal fundada em 1869 é fruto dos cursos preparatórios oferecidos pelo Liceu Alagoano. Para ser professor na escola primária bastava ser “um tanto destro nas quatro operações fundamentais de aritmética” (Correia, 2011, p.82). Este Curso Normal tinha como objetivo preparar os professores para o ensino fundamental e as aulas de primeiras letras e não para formar os professores para o Liceu uma vez que parte do seu corpo docente era escolhido entre os homens considerados ilustres, pois possuíam curso superior.

Tomando como base o ensino primário de Alagoas, conforme o Almanaque (1938), o programa proposto dá ênfase aos estudos das quatro operações, contagem, utilização das cartas de Parkers e a partir do segundo ano primários trabalho com resolução de problemas. No quarto ano trabalho com juros simples, raiz quadrada. Vale salientar que “no almanaque do Ensino há também orientações para o Exame de Admissão para o Liceu Alagoano, e analisando o programa encontramos todos os conteúdos matemáticos ministrados no curso primário” (Carvalho, Correia, Pimentel, 2014, p. 15).

Nesse sentido, existiam dez cadeiras de Ensino Secundário destinados aos rapazes ricos frequentados, com um pouco mais de cem alunos. Neste período é criado em Penedo o Colégio Nossa Senhora da Conceição com quatro cadeiras. Segundo Craveiro Costa, somente as Províncias da Bahia e Pernambuco apresentavam maior número de alunos, no curso secundário, com relação a Alagoas (Costa, 1931, p. 35).

Analisar o Ensino Secundário, em Alagoas, só é possível à luz das medidas do governo imperial, como se iniciaram o Liceu Alagoano e a Escola Normal, ou a partir das reformas do governo republicano que se instala, em 1889.

A reforma Benjamim Constant em 1890, baseada nos princípios que norteavam a república, a liberdade e a laicidade atingira de imediato o Liceu Alagoano e a Escola

Normal. O ano letivo começa ordinariamente a 1º de fevereiro e termina em 30 de novembro. O curso geral dos estudos abrange além da instrução religiosa, a obrigatoriedade para todas as diferentes matérias exigidas pelos programas da Instrução Pública.

A instrução secundária compreende as seguintes disciplinas: línguas latinas e gregas, língua e literatura Portuguesa, Francês, Inglês ou Alemão, geografia, história universal e pátria, matemática (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria), física e química, história natural, etc. Música e Solfejo, curso completo de caligrafia, Francês teórico e prático; inglês teórico e prático.

## **O LICEU ALAGOANO NO SÉCULO XX**

Como citado anteriormente, a Instrução Pública alagoana evidenciava sérios problemas em seu ensino, estando diretamente relacionados à formação dos professores. Sendo assim, em 1837 idealizou-se a ideia de formação dos professores ser ofertada pela Escola Normal como provável solução para superar os problemas educacionais sofridos pelo Estado. Isso por reconhecê-la como provável solução para suprir a ineficiência do método Lancasteriano até então utilizado. No entanto, teremos um longo caminho a percorrer até sua instalação.

A discussão sobre a criação da Escola Normal em Alagoas foi pautada por diferentes governos, pois os presidentes provinciais reconheciam os problemas da educação e apontavam para a necessidade de se investir na formação dos professores porque seria insuficiente ter apenas os conhecimentos. Era preciso adquirir a habilidade de transmiti-los, além de possuir a vocação. Nas palavras de Vilela (1982, p. 47): “Não basta ter noções ou ideias de uma coisa para sabê-la transmitir; é preciso ter vocação e conhecimento da arte de transmitir para se fazer entendido.”

Em 1860 o projeto de criação da Escola Normal é submetido pelo Dr. Espíndola, apesar de somente em 18 de junho de 1864 ser sancionado por meio da resolução nº 424. Porém, apenas no dia 9 de junho de 1869 é instalada a primeira Escola Normal de Alagoas, funcionando em anexo ao Liceu Alagoano.

Segundo Vilela, para ser admitido como aluno da Escola Normal, de acordo com o regulamento da instituição, o candidato deveria: “Ter, pelo menos, 16 anos de idade;

Provar, em exame, estar instruído em leituras, noções gerais de gramática nacional, escrita, e nas quatro operações aritmética sobre números inteiros” (Vilela, 1982, p. 103).

O Curso Normal teria duração de dois anos e tendo como parte obrigatória o exercício prático sendo que, posteriormente, deveria apresentar “atestado de frequência, de aproveitamento da escola prática e de boa conduta, passado pelo professor da referida escola” (Vilela, 1982, p. 104).

Ao concluir de maneira satisfatória os dois anos de Curso Normal, o aluno receberia o título de aluno-mestre.

De acordo com o regulamento, o currículo do ensino da Matemática é abordado no segundo ano do curso na primeira cadeira contendo o estudo da aritmética, geometria e sistema métrico decimal. Por se tratar de um curso dividido em dois anos nos quais são duas cadeiras anuais, acreditamos que a carga horária destinada ao desenvolvimento dos conteúdos matemáticos seja de, no máximo, seis meses.

Vários decretos e regulamentações propuseram modificações tanto no regulamento quanto no currículo da Escola Normal, porém, nos atemos ao que se refere à história que a Escola Normal compartilha com o Liceu Alagoano.

Desse modo, ao longo de sua trajetória, a Escola Normal de Alagoas se manteve semelhante e dependente ao Liceu Alagoano no que diz respeito à maneira de se organizar e se estruturar. É por meio do Decreto<sup>4</sup> n. 401 de 1906 que a Escola Normal passa a ser mais autônoma em regulamentação, corpo docente, currículo, concurso, fornecimento de cadeiras, entre outras determinações e normas. Todavia, ainda funcionando em anexo ao Liceu.

O decreto supracitado abrange o regulamento sobre a Instrução Pública em Alagoas contendo no Capítulo X o plano de ensino destinado as Escolas Normais. Logo em seu primeiro artigo do referido capítulo, salienta-se a finalidade do Ensino Normal que seria a profissionalização do professor primário. Para tanto o curso deveria oferecer: “Art. 110. O ensino normal visando um fim inteiramente profissional destina-se a dar aos candidatos ao magistério primário a educação intelectual, moral e técnica necessárias ao bom desempenho dos deveres do professor” (Decreto, n. 401, 1906, p. 13).

Dessa forma, o curso agora realizado em um período de quatro anos, apresenta diversas matérias distribuídas em nove cadeiras das quais duas correspondem ao ensino de

---

<sup>4</sup> O Decreto n. 401 foi promulgado em 26 de novembro de 1906 pelo governador do Estado o qual propõe novo regulamento para a instrução pública. Sua elaboração ficou a cargo do ex-diretor geral da instrução pública o Bacharel Manoel Balthazar Pereira Diegues Julior.

Matemática que seriam: o estudo da aritmética (3ª cadeira) sendo realizado nos dois primeiros anos de curso e geometria prática (6ª cadeira) apenas no primeiro ano. Para além das disciplinas descritas nas nove cadeiras, o programa contempla as cadeiras de música, ginástica e trabalhos manuais (Decreto, n. 401, 1906, Arts. 112-113).

Foi com o Decreto<sup>5</sup> de n. 601 concede integralmente a liberdade da Escola Normal. Agora, supera a condição de Curso Normal e torna-se Escola Normal<sup>6</sup> do Estado de Alagoas com estatuto e prédio próprios.

E a partir do nome próprio, o citado regulamento, através de 11 capítulos e 115 artigos, condiciona todo um suporte administrativo-curricular para que a Escola exerça, plenamente, a sua maioridade, conseguida só agora, aos 43 anos de existência.

(Vilela, 1982, p. 191)

Todavia, sua liberdade ainda levaria mais algum tempo até se concretizar, já que somente em 1913, quarenta e quatro anos após a sua fundação é que a Escola Normal se separa do Liceu Alagoano, mas ainda sem instalações próprias. Somente em 7 de outubro de 1937 é que é inaugurado o prédio da Escola Normal de Alagoas (Vilela, 1982).

Mediante a promulgação desse decreto a matriz curricular da Matemática sofre algumas alterações. É extinta a geometria prática e, substituindo-a a geometria plana e a álgebra.

As matérias do curso foram distribuídas em dois grupos:

1º grupo – Português; Francês; Algebra e Geometria; Geografia Geral e do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas, e elementos de Cosmografia; Historia da civilização e do Brasil, principalmente de Alagoas; Noções de Historia Natural, Higiene em geral e especialmente escolar; Elementos de Fisica e Quimica e Geologia; Pedagogia e Metodologia; Educação Moral e Civica.

2º grupo – Musica; Caligrafia e Desenho; Trabalhos manuais e economia domestica para o sexo feminino; Trabalhos manuais para o sexo masculino: Ginástica para ambos os sexos.

(Costa, 1931, p. 39-40)

De acordo com Vilela (1982, p. 210), somente em 17 de fevereiro de 1933 por meio do Decreto nº 1.731, é que há a separação entre a direção do Liceu Alagoano e da Escola Normal. Novamente, vários decretos são expedidos, no entanto, não representam grandes modificações para a Escola Normal.

---

<sup>5</sup> A primeira casa própria da Escola Normal se encontrava localizada à Rua João Pessoa.

Em 1937, com matrícula promissora nos cursos primário e médio, organizou-se um curso de admissão ao curso Secundário. A verificação prévia foi pleiteada em 1938, conseguindo-se em 7 de novembro do mesmo ano a inspeção preliminar.

Pelo decreto no. 17.304, de 5 de dezembro de 1944, publicado no diário oficial da República do dia 18 do mesmo mês, foi concedido o reconhecimento sob regime de inspeção permanente ao Curso Ginásial e, pelo decreto no. 20.616 de 20 de fevereiro de 1945 foi-lhe autorizado funcionar como colégio com os cursos Clássico e Científico, sob o regime de inspeção preliminar.

A partir desse momento o Curso Ginásial e o Colegial contavam com professores idôneos e escolhidos entre os melhores que honravam o magistério alagoano. Uma boa parte deles ensinava não somente em outros estabelecimentos particulares da cidade como também nos colégios oficiais.

Os cursos oferecidos foram: o Jardim da Infância, o Pré-Primário, o Primário propriamente (4 anos), o Ginásio, o Colégio, e o Curso Pedagógico. Assim, nesse Estado, em que não havia preocupação das autoridades com a instrução pública os esforços de Silva Titara eram sinal de esperança de melhoria para instrução pública, porque esse educador buscava viabilizar novos métodos de ensino no Estado e apresentou em um relatório à presidência em 1857 novidades sobre o método *leitura repentina* de Antônio Feliciano Castilho que estava sendo estudado na capital e para estudá-lo no Rio de Janeiro o governo comissionou o professor João Francisco Soares (Costa, 1931), citado a seguir. Contudo, em Alagoas pouco se investia em mudanças no ensino e as que vinham, mesmo que positivas, não eram acolhidas, algo infelizmente, ainda muito presente no estado.

O próprio Castilho viera ao Rio mostrar como se praticava o seu processo de leitura. Entretanto, quanto á sua eficiência pedagógica, foi acolhido como ceticismo. Em Alagoas foi ele combatido pelo ilustre pedagogo Jose Alexandre Passos, que foi também um filólogo insigne. Além do professor Soares creu que ninguém o praticou com perfeição.

Todavia “propagou-se um pouco, aceitando-o os professores menos roneiros e capazes de admitir inovações”.

(Costa, 1931, p. 14)

A educação em Alagoas, após a Revolução de 30, em nada se diferenciou dos anos anteriores, pois continuava restritiva. Na perspectiva de Verçosa (2006), Alagoas oferecia à população além de escolas isoladas, cinco Grupos Escolares em todo o Estado, assim como o Liceu e a Escola Normal.

Na revista Almanaque do Ensino de Alagoas de 1938, na parte que mostra a chamada de seleção para o Liceu traz algumas questões a serem discutidas acerca do currículo descrito na enumeração de docentes e suas respectivas cátedras, demonstra a dualidade entre um ensino literário e científico, em que o primeiro sempre foi um privilégio na formação da elite. Tal observação pode ser visualizada na presença do ensino de latim, filosofia em contraponto química, física, química, assim como ainda havia um vínculo com o ensino humanístico religioso através de docentes religiosos, conforme segue abaixo:

Figura 2 – Lista de docentes do Liceu no ano de 1938 contida na Revista Almanaque de Ensino

<b>Corpo Docente do Liceu</b>	
<b>Português:</b>	<b>Geografia:</b>
Pe. Adelmo Machado (catedrático)	Dr. Abelardo Duarte (catedrático)
Pe. Sizenando Silva	Dr. Durval Cortez
Dr. Aurelio Buarque de Hollanda	<b>Historia da Civilização</b>
Dr. Antonio Guedes de Miranda	Conego Antonio de C. Valente
<b>Francês:</b>	Dr. Amphiphio de Mello (cat.)
Dr. Jacyntho Medeiros Filho	<b>Ciencias Fisicas e Naturais</b>
Dr. Jaques de Azevedo	Dr. José Lages Filho
Dr. Pedro Cavalcante Lima	<b>Historia Natural:</b>
<b>Inglês:</b>	Dr. Ezechias J. da Rocha (cat.)
Dr. Pedro Cavalcante Lima (catedrático)	Dr. Ebdine van der L. Travassos
Prof. Rosalvo Lobo	<b>Literatura:</b>
<b>Alemão:</b>	Dr. Aurelio Buarque de Hollanda
Dr. Lauro Costa (catedrático)	<b>Filosofia:</b>
<b>Latim:</b>	Dr. Herminio de C. Barroca (cat.)
Conego Antonio Tobias Costa	<b>Fisica:</b>
<b>Matemática:</b>	Dr. Moacyr Soares Pereira (cat.)
Dr. Antonio G. de Miranda (cat.)	<b>Quimica:</b>
Prof. Paulo Senoillet	Dr. Alfredo de Santa Ritta (cat.)
Dr. Manoel V. de Vasconcelos (cat.)	<b>Musica:</b>
Dr. Emanuel Concelção	D. Edelvira Barrôso de Mello
<b>Desenho:</b>	<b>Pratica de fisica e quimica:</b>
Dr. Fernando Elias da Rosa Oitica (catedrático)	Dr. Theonillo Cravo Gama
Dr. Vital Barbosa (cat.)	Dr. Ebdine van der L. Travassos

Fonte: Arquivo Público do Estado de Alagoas

## A MATEMÁTICA NO LICEU ALAGOANO E NO CURSO NORMAL

Embora a estrutura do ensino secundário se conservasse a mesma dos jesuítas, lentamente foi chegando à Colônia a influência das reformas de Pombal. Fundam-se sociedades literárias, divulgam-se embora clandestinamente, as ideias dos enciclopedistas franceses, regressam jovens brasileiros formados na Coimbra renovada por Pombal.

O ensino Primário e Secundário, deficiente e fragmentado, não despertou o interesse do povo nem constituiu objeto de preocupação do governo. Diz Moreira Azevedo<sup>7</sup> “os professores mal retribuídos e pouco considerados não tinham uniformidade no ensino, nem aptidão e aos alunos infligiam castigos corporais excessivos e infamantes”. A instrução estava fechada em estreito círculo e péssimas eram as escolas porque não eram bons os professores (Santos, 1945, p. 558).

Quanto ao ensino de Matemática, pouco se sabe. Na sua obra a Educação Secundaria, Geraldo Bastos Silva diz:

Criavam-se aulas dessa ou daquela matéria, de latim ou de outras disciplinas, como aritmética geometria, trigonometria. Estas últimas foram citadas porque é através delas ou de sua elevação ao estado de disciplina tão importantes quanto o latim que se exprime ainda que debilmente o sentido de renovação do ensino que resulta apesar de tudo da reforma pombalina.

(Silva, 1969, p. 188)

O ensino de Matemática, desde a Colônia, sujeito a pressões do meio ou dos reformadores, era realizado parceladamente, ora no início do Curso Secundário, ora no final, sem uniformidade, visava sempre o produto e não o processo de ensino. Novos assuntos eram introduzidos, os programas cada vez mais extensos contribuíram para elitizar ainda mais o ensino Secundário e distanciar a juventude dessa ciência.

Até o presente momento em Alagoas, pouco se sabe dos programas de Matemática dessa época. O que se observou com o trabalho da Província é que o Ensino Secundário era muito fragmentado, abrangendo mais aulas de Aritmética e Geometria no início, Álgebra e Trigonometria depois, seguindo os primeiros passos da evolução do ensino dessa disciplina no Brasil, somente se afirmando na República, com a seriação bem definida e a equiparação obrigatória com o Colégio Pedro II. O ensino de Matemática, no

---

<sup>7</sup> Segundo Theobaldo Miranda Santos, M. D. Moreira de Azevedo escreveu A Instrução nos tempos Coloniais, publicado na Revista Trimestral, t 55, editada no Rio de Janeiro em 1892.

Liceu, permaneceu sem muita alteração até 1930, quando com a Reforma de Benjamin Constant se nota além dos conteúdos já mencionados, a introdução de Cálculo Diferencial e Integral. O que se verifica de muito importante é que além da Matemática ser estudada em todas as séries do Curso secundário, colocava-se muita ênfase no estudo dos programas precedentes, ou seja, na fixação de conceitos ensinados em anos anteriores.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Percorrendo por fatos da história do ensino da Matemática no Brasil, e especialmente em Alagoas, percebemos que nenhuma reforma conseguiu dar conta do que se pensava poder alcançar. Programas “carregados” demais levavam a uma incompreensão devastadora dos conteúdos e também dos objetivos que se pretendiam atingir com tal ensino. Reformas feitas às pressas, “por poucas cabeças”, levavam alguns professores a publicarem severas críticas à qualidade de programas impostos de forma autoritária e sem preparação dos professores para tal empreendimento.

Pode-se, a partir das constatações aqui desenvolvidas, concluir que, preliminarmente o Ensino Secundário e em especial o curso Normal em Alagoas, sobretudo na capital, é estruturado por grupos privados e de caráter confessional. A iniciativa pública se restringiu à fundação e manutenção do Liceu. Não fossem as congregações e sociedades particulares, o nível de expansão teria sido prejudicado. Outra questão faz necessário enfatizar é com relação à seletividade da clientela no Ensino Secundário. Era vedado o acesso a essas instituições, àqueles que não possuíssem o poder aquisitivo capaz de sustentar as caríssimas anuidades o que revela, dado o caráter privado dessas instituições, que o Ensino Secundário em Alagoas esteve durante décadas com acesso exclusivo dos bem nascidos.

A formação de professores constitui elemento fundamental para se atingir aos objetivos visados pela educação, uma vez que é o professor que, em sua prática, operacionaliza as grandes linhas propostas pelas reformas educacionais. Estas, por sua vez, devem estar adaptadas à realidade presente na sociedade em que se inserem. No Brasil, porém, nem sempre se respeitou essa vinculação da escola à sociedade.

Ainda se tem um percurso muito longo para se investigar e analisar em fontes históricas sobre o ensino da Matemática no estado de Alagoas. Focalizamos o Liceu

Alagoano porque ele teve importância na formação das pessoas que passaram pela administração pública e, também, da elite alagoana. Para pensarmos no currículo de Matemática proposto no Liceu Alagoano, primeiramente temos que entender como se constituiu este estabelecimento de ensino e, assim, organizar as fontes que se encontram pulverizadas e a primeira ação é reconstituir a história da fundação da instituição. Em uma primeira análise está explicitado que o Liceu surgiu para atender a elite local e não atender às necessidades educacionais dos nativos de Alagoas. Esse caráter elitista perdurou por muito tempo e contribuiu para sedimentar aspectos “colonialistas” em Alagoas, mesmo vivendo em tempos republicanos, contribuindo, desta forma, para o atraso nas políticas de estado.

A importância do Liceu para a educação alagoana é inegável, pois verificamos a sua relevância no panorama social do Estado, formando jovens que posteriormente em várias profissões e posições sociais contribuíram e contribuem para o desenvolvimento de Alagoas.

O nosso empenho na construção deste trabalho está sendo proveitoso, pois além de estarmos conseguido concretizar um objetivo que se apresentava carente de investigação no nosso universo cultural, nos oportuniza um maior conhecimento teórico-metodológico, podendo assim, melhorar o nosso desempenho na vida profissional.

Finalmente, tecemos aqui algumas considerações sobre aspectos da história e do ensino de Matemática vivenciado no século XX no Liceu Alagoano, sem a pretensão de encerrar as análises sobre esta primeira instituição pública de Ensino Secundário de Alagoas, pois sabemos não ser possível apresentar um estudo em sua totalidade. No entanto, procuramos refletir as questões que nortearam este estudo.

## REFERÊNCIAS

Almanaque do Ensino de 1938.

Carvalho, M.; Silva, M. C.; Pimentel, S. M. (2014). O Ensino de Matemática na Escola Primária de Alagoas do Século XX. In: David Antônio da Costa; Wagner Rodrigues Valente. (Org.). *Saberes Matemáticos no Curso Primário: o que, como e por que ensinar? estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar*. 1ªed.São Paulo: Editora Livraria da Física, v. 1, p. 7-17.

Costa, C. J. (1931). *Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial.

Costa, D. A., Valente, W. R. (orgs). (2014). *Sabres matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?* Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora Livraria da Física.

Correia, M. S. (2011). *A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)*. Acesso: <<http://www.cedu.ufal.br/grupospesquisa/cea/aeducacaopopularnobrasilimpério.pdf>>.

Decreto, n. 17.304, de 5 de dezembro de 1944.

Decreto, n. 20.616 de 20 de fevereiro de 1945.

Decreto, n. 401 de 23 de novembro de 1906. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122474>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

Duarte, A. (1961). *História do Liceu Alagoano*. Lei Nº 370 de 04 de julho de 1861. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, pág. 37.

Fialho, B. (1937). *Evolução do Ensino Secundário no Brasil (1500-1900)*. In: Peixoto, Afrânio et al. *Um Grande Profelema Nacional* (Estudos sobre Ensino Secundário). Rio de Janeiro, Pongetti, p. 256-97.

Frizzarini, C. R. B. et al. (2014). *Os saberes elementares matemáticos e os programas de ensino, São Paulo (1894-1950)*.

Santos, M. C. (2012). *Missionário de letras e virtudes: a pedagogia moral dos franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX*. 1945. UFAL, Maceió, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas.

Silva, G. B. (1969). *Introdução à crítica do ensino secundário*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

Verçosa. E. G. (2006). *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 4.ed. Maceió: EDUFAL.

Verçosa. E. G. (2001). *A Formação dos Professores em Alagoas: Um Olhar Retrospectivo Sobre Suas Origens*. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). *Caminhos da Educação em Alagoas: Da Colônia Aos Dias Atuais*. Maceió – Al: Edições Catavento.

Vilela, H. (1982). *A Escola Normal de Maceió (1869 – 1937)*. Maceió: EDUFAL.